

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.248 - RJ (2015/0106359-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL  
RECORRENTE : VALE S/A  
ADVOGADO : JOÃO MARCOS COLUSSI E OUTRO(S) - RJ002414A  
ADVOGADOS : ALESSANDRA BITTENCOURT DE GOMENSORO -  
RJ108708  
THIAGO CARLOS DE CARVALHO - RJ143795  
RECORRIDO : OS MESMOS

## DECISÃO

*TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS. PORTARIA COM PRAZO DE VIGÊNCIA INDETERMINADO. REVOGAÇÃO. ART. 1º. DO DECRETO 1.343/1994. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL. CONTRIBUINTE DE BOA-FÉ RESPALDADO POR ATO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. EXCLUSÃO DE JUROS DE MORA, CORREÇÃO MONETÁRIA E QUALQUER MULTA, INCLUSIVE DE MORA. INTELIGÊNCIA DO ART. 100, PARÁG. ÚNICO DO CTN. RECURSOS ESPECIAIS DA EMPRESA E DA FAZENDA NACIONAL DESPROVIDOS.*

1. A FAZENDA NACIONAL e VALE S.A. interpõem Recursos Especiais contra o acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 2a. Região, assim ementado:

*TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO (PORTARIAS NºS 58/91, 1145/91, DECRETO Nº 1343/94). ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 5º, II, E 150, I, DA CF/88, ARTIGO 61 DA LEI Nº 9430/96 E ARTIGO 100 DO CTN.*

1.' *Embora o artigo 1º do Decreto nº 1343/91 tenha fixado de forma genérica a vigência das alterações das alíquotas a partir de 1º de janeiro de 1995, o artigo 4º estabeleceu uma exceção a tal vigência.*

2. *Conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça da análise do referido dispositivo, infere-se que a melhor interpretação a lhe ser dada é no sentido de que somente estabeleceu a ressalva quanto às portarias com prazo determinado. Isso porque, inexistente 'termo final' nas portarias com prazo indeterminado, e, tratando-se de norma de exceção, deve ser interpretada de forma restritiva.*

3. *Pacífica é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça com o entendimento de que as alíquotas do imposto de*

# Superior Tribunal de Justiça

*importação efetivadas por portarias com prazo de vigência indeterminado foram revogadas em 01.01.95, nos termos dos artigos 1o. e 4o. do Decreto 1343/94.*

4. *O Ato Declaratório Normativo 02, de 18.01.95, extrapolou os limites da mera regulamentação.*

5. *Não se verifica a alegada violação aos artigos 5º, II, e 150, I, da CF/88. Do mesmo modo, não há que se aplicar o artigo 61 da Lei nº 9430/96, eis que o contribuinte estava respaldado por ato da Administração Fazendária, pesando a seu favor as normas contidas no artigo 100 do CTN.*

6. *Remessa necessária improvida. Recursos de apelação desprovidos (fls. 297/298).*

2. Contra o acórdão acima, ambas as partes opuseram Embargos de Declaração, que foram rejeitados (fls. 319/328).

3. Em suas razões recursais (fls. 332/344), VALLE S.A., com fundamento no art. 105, III *a* da Constituição Federal aponta violação do arts. 4o. do Decreto 1.343/94; 5o., II e 150, I da CF, insurgindo-se contra a o recolhimento do Imposto de Importação objeto do Processo Administrativo 10074.000414/97-34.

4. Afirma que o entendimento exarado pelo Tribunal de origem não merece prosperar, *na medida em que conforme determinado pelo artigo 4o. do Decreto 1.343/94, a aplicação da alíquota 0 para determinadas importações deveria vigorar até 30 de abril de 1995 para todo e qualquer caso, independentemente de ter sido fixada por portaria com prazo determinado ou indeterminado* (fls. 339).

5. Dessa forma, defende que os valores cobrados a título de principal no auto de infração em discussão são manifestamente indevidos, porquanto aplicou corretamente a legislação vigente, sendo claro que a autuação fiscal levada a efeito e o v. acórdão recorrido violaram expressamente o disposto pelo artigo 4o. do Decreto 1.343/94.

6. A FAZENDA NACIONAL, por sua vez, em suas razões (fls. 368/372), com fundamento no art. 105, III, *a* da Constituição Federal, aponta

# *Superior Tribunal de Justiça*

violação do art. 61 da Lei 9.430/1996. Defende que a cobrança do Imposto de Importação, à alíquota de 2%, tal como consignado no acórdão impugnado, deve ser acrescida a incidência de juros e da multa de mora. Isso porque é fato incontroverso que o tributo devido deixou de ser recolhido tempestivamente, razão pela qual encontra-se preenchida a hipótese de incidência da referida norma (fls. 370).

7. Sustenta, ainda, em observância ao Ato Declaratório Normativo COSIT 02/1995, ser inaplicável a regra do art. 100, parágrafo único do CTN, porquanto, a norma em questão afasta apenas a incidência das multas de caráter punitivo (de ofício) e não a mora (fls. 371).

8. Após a apresentação de contrarrazões de ambas as partes - as da União, acostadas às fls. 387/394 e as da VALE S.A. às fls. 375/385, o recurso foi admitido na origem, às fls. 408/409 e fls. 412/413.

9. É o relatório.

10. Quanto ao Recurso Especial do Contribuinte, tem-se que a conclusão levada a efeito pelo Tribunal de origem se alinhou com a jurisprudência desta Corte Superior segundo a qual a exceção prevista no art. 4o. do Decreto 1.343/1994 se aplica às portarias com prazo de vigência determinado, tendo sido revogadas, em 31.12.1994, aquelas com prazo indeterminado, nos termos do artigo 1o. do mesmo Decreto. Confira-se, a propósito, os seguintes precedentes:

*TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS. PORTARIA N. 507/94. PRAZO DE VIGÊNCIA INDETERMINADO. REVOGAÇÃO. ART. 1º DO DECRETO N. 1.343/94.*

*1. Nos termos do art. 1º do Decreto n. 1.343/94, as portarias com prazo de vigência indeterminado foram revogadas em 1º.1.95. Precedentes.*

*2. Recurso especial provido (REsp. 390.049/PR, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 25.4.2006).*

# Superior Tribunal de Justiça

*RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. PORTARIA COSIT. DECRETO Nº 1.343/94.*

*1. Não enseja conhecimento recurso especial em que apontada violação a portaria, porquanto não se enquadra no conceito de lei federal insculpido no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal.*

*2. A exceção prevista no art. 4º do Decreto nº 1.343/94 aplica-se às portarias com prazo de vigência determinado, tendo sido revogadas, em 31.12.94, aquelas com prazo indeterminado, nos termos do artigo 1º do mesmo decreto. Precedentes.*

*3. Recurso especial conhecido em parte e improvido (REsp. 387.776/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 19.12.2005).*

2 2 2

*TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS. DECRETO Nº 1.343/94, ARTS. 1º E 4º. PORTARIA MF Nº 507/94. PRAZO DE VIGÊNCIA INDETERMINADO. REVOGAÇÃO.*

*I - De acordo com o ditame do art. 1º do Decreto nº 1.343/94, as Portarias com prazo de vigência indeterminado ficam alteradas a partir de 1º/01/1995, de modo que fica revogada a Portaria MF nº 507/94.*

*II - O art. 4º do Decreto nº 1.343/94 somente estabeleceu ressalva às Portarias cujos prazos de vigência fossem determinados, garantindo a estas a validade até seu termo final. "Inexiste 'termo final' nas portarias com prazo indeterminado, e tratando-se de norma de exceção, deve ser interpretada de forma restritiva" (REsp nº 383.178/PR, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 18/04/2002).*

*III - Recurso especial improvido (REsp. 263.010/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ 29.11.2004).*

2 2 2

*TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IPI. IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO. DECRETO Nº 1.343/94. PORTARIAS COM PRAZO DE VIGÊNCIA INDETERMINADO. PORTARIA Nº 492/94. ATO DECLARATÓRIO NORMATIVO COSIT Nº 02/95.*

*1. Nos termos do art. 1º, do Decreto nº 1.343/1994, as Portarias com prazo de vigência indeterminado ficam alteradas a partir de 1º/01/1995, ficando revogada, portanto, a Portaria nº 492/1994, a qual estipulou a alíquota do imposto de importação incidente sobre o petróleo e derivados em 20%,*

# Superior Tribunal de Justiça

*passando a vigorar a alíquota de 17%.*

2. *O Ato Declaratório Normativo COSIT nº 02/1995, ao ampliar a abrangência de norma hierarquicamente superior, incluindo, no art. 4º, do Decreto nº 1.343/94, também as portarias com prazo indeterminado, ultrapassou o seu papel de apenas esclarecer a legislação pertinente, de modo que deve ser considerado nulo.*

3. *Recurso não provido. Acórdão recorrido mantido na íntegra (REsp. 383.178/PR, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 13.5.2002).*

11. Por sua vez, a pretensão da FAZENDA NACIONAL também não encontra guarida na jurisprudência desta Corte Superior.

12. Com efeito, segundo a regra prevista no parág. único do art. 100 do CTN, não pode o contribuinte de boa-fé, que se pautou na prática fiscal anteriormente reconhecida válida pela fiscalização tributária, ser penalizado com a cobrança de juros de mora, correção monetária do tributo e a aplicação de qualquer penalidade, inclusive multa de mora. Precedentes:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ISS. CONSTRUÇÃO CIVIL. CONTRIBUINTE DE BOA-FÉ. PRÁTICA REITERADA DE ATOS PELA ADMINISTRAÇÃO. EXCLUSÃO DE MULTA, JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 100, INC. III, PARÁG. ÚNICO DO CTN. AGRAVO INTERNO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVA DESPROVIDO.**

1. *Segundo a regra prevista no parág. único do art. 100 do CTN, não pode o contribuinte de boa-fé, que se pautou na prática fiscal anteriormente reconhecida válida pela fiscalização tributária, ser penalizado com a cobrança de juros de mora, multa e correção monetária do tributo. A propósito, citam-se os seguintes julgados: REsp. 162.616/CE, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 15.6.1998; REsp 887.145/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 8.11.2007; REsp 98.703/SP, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJ 3.8.1998.*

2. *Na hipótese dos autos, conforme constou na sentença de fls. 381/386, as empresas do Município de Catanduva/SP pertencentes ao ramo da construção civil recolhiam o ISS sobre 40% do faturamento, eis que presumido, pelo Município, no arbitramento, que os 60% restantes diziam respeito ao custo de material empregado na mão de obra, motivo pelo qual o Fisco não poderia adotar novo critério jurídico para revisão do lançamento, penalizando o contribuinte com a incidência dos juros, da correção monetária,*

# Superior Tribunal de Justiça

ou qualquer penalidade.

3. Agravo Interno do Município de Catanduva/SP desprovido (AgInt nos EDcl no REsp. 1.156.563/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 22.2.2017).

2 2 2

**TRIBUTÁRIO. INSUMOS. DRAW BACK. EXPORTAÇÃO NÃO REALIZADA. INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA COM MULTA DE MORA, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. ARTS. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, E 146, AMBOS DO CTN. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF.**

1. Tendo o contribuinte notificado a Cacex , dentro do prazo previsto na legislação tributária, de que não poderia cumprir o plano de exportação, nos termos da Portaria MF 36/82, cabia-lhe apenas calcular o imposto com aplicação de juros e correção monetária até a data da notificação, como ocorreu. Descabe, assim, ser apenado com o pagamento de juros, além do prazo previsto no ato normativo.

2. O art. 100, parágrafo único, do CTN afasta não apenas a incidência de juros e correção monetária, mas também a aplicação de qualquer penalidade quando cumpridas as normas complementares referidas nos seus incisos I a IV.

3. Vencido o Relator, quanto ao conhecimento de ambos os recursos, por entender que seria caso de incidência da Súmula 211/STJ (contribuinte) e Súmula 283/STF (Fazenda Nacional).

4. Recurso especial da contribuinte provido. Recurso especial da Fazenda Nacional não provido. (REsp. 887.145/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 8.11.2007).

13. Ante o exposto, nega-se provimento aos Recursos Especiais da Empresa e da FAZENDA NACIONAL.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

